



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682482 - SP (2021/0233268-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANDREIA REZENDE TINANO - MG157372
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCELO DE LIMA PEDROSO (PRESO)
CORRÉU : RODOLFO DIAS ALVES
CORRÉU : LEONARDO BERNARDES BRAGA DE OLIVEIRA
CORRÉU : FELIPE DOS SANTOS DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCELO DE LIMA PEDROSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2135750-08.2021.8.26.0000).

O paciente é réu na ação penal em que responde pela prática dos delitos previstos no art. 121, § 2º, incisos I, III, IV, e no art. 244-b do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo a prisão temporária sido convertida em preventiva.

A impetrante sustenta a necessidade de trancamento da ação penal, diante da atipicidade da conduta, por ausência de lastro mínimo probatório quanto à autoria delitiva.

Afirma que há excesso de prazo para formação da culpa.

Ressalta, por outro lado, as condições pessoais favoráveis do acusado, que seria primário, com residência fixa.

Reputa ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia cautelar do acusado, ainda que com aplicação de medidas cautelares alternativas, bem como o trancamento da ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para o afastamento do aventado excesso de prazo e a manutenção da prisão preventiva do paciente (fls. 68-70):

[...]

Conforme as informações cuidadosamente prestadas pela autoridade impetrada, inexistente excesso de prazo hábil a dar ensejo a constrangimento legal, eis que o feito tramita regularmente, possui quatro réus e a audiência de instrução já se iniciou, com término previsto para 20 de agosto de 2021.

Ora, não se configura o excesso de prazo hábil a

ensajar a liberdade do réu quando, notadamente conforme as informações prestadas pelo MM. Juízo a quo, os autos seguiram o trâmite normal.

Além disso, conforme se depreende das informações prestadas, trata-se de processo envolvendo fatos complexos, haja vista a gravidade do delito, a existência de organização criminosa e a pluralidade de réus, de modo que não há, portanto, qualquer desídia do juízo. Ao contrário, nos autos de origem verifica-se que houve cobrança da devolução por parte do Juízo impetrado.

[...]

Tampouco há que se falar em insuficiência de fundamentação da decisão que indeferiu o pleito de revogação da prisão preventiva, eis que fundamentada nos contundentes indícios de autoria e prova de materialidade. Tal decisão está amplamente motivada e não padece de qualquer vício formal que porventura a invalide, eis que o magistrado singular justificou tal medida não só diante da gravidade do delito imputado ao paciente, como também na presença incólume dos requisitos justificadores da custódia cautelar.

Logo, inegável que há necessidade da decretação da prisão cautelar em prol da garantia da ordem pública, da segurança da instrução penal e da futura aplicação da lei penal.

Nessa esteira, se eventual permanência do paciente em liberdade possa dar motivo a novos crimes ou cause repercussão danosa no meio social, mostra-se cabível a manutenção da custódia cautelar, constituindo em verdadeira medida de segurança.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência